



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2025

Processo Administrativo n.º 53/2025

Torna-se público que o(a) Município de Bocaina de Minas, por meio do(a) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 75, de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal 320, de 08 de novembro de 2024 e demais legislação aplicável.

Início de recebimento da Proposta: 04/08/2025 as 09:00 horas.

Data da sessão: 07/08/2025

Horário da Fase de Lances: Das 09:01 às 11:01 horas.

Plataforma: Portal de Compras Públicas

Endereço Eletrônico da Plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO - GLOBAL realizada em único item/lote

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de videomonitoramento para fins de segurança pública municipal, mediante fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos e sistemas de Câmeras de Segurança - Videomonitoramento, incluindo serviços de instalação, capacitação técnica dos operadores e suporte contínuo, atendendo às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 - Nos termos do Art. 48, inciso I da lei complementar nº 123/2006, essa dispensa SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Portal de Compras Públicas**, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



2.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma utilizada para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.2. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.8.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.[A1]

[A1]**Nota Explicativa:** Caso o fornecedor assinale o campo “não” na declaração relativa ao subitem acima, não fará jus ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que se trate de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.9. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



3.10. Fica facultado ao fornecedor, desde que possível tecnicamente na plataforma ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, caso a plataforma permita esta função.

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento adotado no preâmbulo deste aviso.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$1,00 (um real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



5.5.3.1 - na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme regulamento adotado, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecúvel a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Consultar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento.

Nota explicativa: Caso não esteja disponível no PNCP a consulta prevista no item 6.2.1, poderá ser realizada a consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, a qual abrange também o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado:

a - da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

b - da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Nota Explicativa: A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o Termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, de acordo com o Art. 95 da Lei Federal 14133/2021.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para retirada do documento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. Quando o termo de Contrato for substituído por outro instrumento hábil, o aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicará no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.3.4 - O prazo de vigência da contratação previsto no termo de referência começará a contar a partir da emissão da nota de empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



7.4. Para retirada do documento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor ou o contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;*
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;*
- i. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
 - j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;*
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;*
- L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

8.2. O fornecedor ou contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência no caso da falta prevista na alínea "a" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



b) Multa:

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.1. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "h" a "L" do subitem 8.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 8.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 8.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" a "g" do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 8.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no(a) **Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico de realização da Dispensa Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de referência;

9.13.1.1 – ANEXO DO TR – Especificações Técnicas

9.13.2. ANEXO I DO TR - Estimativa de Despesa;

9.13.3. ANEXO III – Minuta da Proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.13.4. ANEXO IV - Minuta de contrato

Bocaina de Minas, 31/07/2025.

Cleide Aparecida Vani Alves

Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de videomonitoramento para fins de segurança pública municipal, mediante fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos e sistemas de Câmeras de Segurança - Videomonitoramento, incluindo serviços de instalação, capacitação técnica dos operadores e suporte contínuo, atendendo às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 - O(s) serviço(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns).

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Serviço de Videomonitoramento - 03 Pontos de Videomonitoramento com a seguinte descrição: Via câmeras IP com Leitura de Placa LPR com velocidade de até 120 km/h interligados ao sistema Hélios da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Composto por 1 Câmera com LPR embarcado, 1 ip câmera 4 MP varifocal e 2 câmeras IP4 MP.	Mês	12
02	Serviço de Videomonitoramento - Central de Videomonitoramento a ser instalado em prédio indicado pela Prefeitura composta pelos seguintes equipamentos: Gravador NVR 32 Canais com HDs de no mínimo 8 TB, TV com resolução mínima 4k e no mínimo 50 polegadas, software VMS para leitura de placa e computador completo (monitor, CPU, mouse, teclado, caixa de som) para utilização e operacionalização dos programas.	Mês	12

4.1 - No que concerne ao item 01, a contratação de prestação de serviço visa estabelecer pontos de videomonitoramento através dos equipamentos descritos acima para fins de segurança pública monitorando 24 horas por dia os veículos que transitam nas localidades onde serão instaladas as câmeras e os cidadãos que transitam pelos locais, garantindo assim segurança aos munícipes e visitantes do município e reforçando o trabalho desenvolvido pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



municipalidade em parceria com o Estado de Minas Gerais através da Polícia Militar de Minas Gerais.

4.1.1 - A Administração delimitou os seguintes pontos para instalação dos pontos de videomonitoramento:

4.1.1.1 - Próximo à Escola Municipal Álvaro Benfica, situada à Avenida Álvaro Benfica - Centro - Bocaina de Minas - CEP 37340-000.

Justificativa: este ponto diz respeito à uma das principais saídas do município, sendo em seu caminho a saída que dá acesso à divisa com o Estado do Rio de Janeiro através da cidade de Resende - RJ, sendo esta saída utilizada diariamente por produtores rurais, munícipes, linha de ônibus interestadual, estudantes da rede pública municipal de ensino, estudantes universitários e de cursos técnicos...

4.1.1.2 - Trevo do município de Bocaina de Minas com o distrito de Santo Antônio e comunidade da Lavrinha - LMG 814 - Latitude e Longitude -22.148238, -44.414533

Justificativa: ponto de referência de saída do município de Bocaina de Minas com destino ao município de Liberdade - MG e também ao distrito de Santo Antônio do Alto do Rio Grande e comunidade da Lavrinha, sendo esta saída utilizada diariamente por produtores rurais, munícipes, linha de ônibus interestadual, estudantes da rede pública municipal de ensino, estudantes universitários e de cursos técnicos...

4.1.1.3 - Saída da rua do cemitério - Rua Intendente Mário Benfica - Centro - Latitude e Longitude - -22.163055, -44.387473

Justificativa: ponto de saída do município sendo caminho da divisa do município com o município de Passa Vinte e Liberdade, comunidades de Povoado Cardoso, Córrego Grande, Pinheiros, Barreiros, Bananal, Curral das Antas, sendo esta saída utilizada diariamente por produtores rurais, munícipes, linha de transporte escolar local...

4.2 - No que concerne ao item 02, o objetivo da Administração Municipal é montar uma central Municipal de Videomonitoramento operacionalizada pela Polícia Militar de Minas Gerais sendo a CONTRATADA a responsável pelo fornecimento em formato de comodato de todos os equipamentos necessários para a instalação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



4.3 - Toda a instalação dos itens em loco nos pontos designados assim como a instalação da Central Municipal de Videomonitoramento serão de total responsabilidade da CONTRATADA, assim como o treinamento dos responsáveis por operar o sistema e suporte, durante toda a vigência do contrato, aos operadores do sistema.

4.4 - Toda a manutenção necessária aos pontos de videomonitoramento (câmeras e demais equipamentos) e Central Municipal de Videomonitoramento são de total responsabilidade da CONTRATADA, assim como a eventual substituição dos equipamentos em caso de defeitos apresentados no decorrer do contrato.

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.2 - Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço

5.2.1 - 5.2.1 - No caso em tela, a contratação tem natureza continuada por se tratar de serviço que visa atender necessidade pública de forma permanente e contínua, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, atividades estas que estão voltadas ao funcionamento das rotinas administrativas e operacionais deste órgão.

5.2.2 - Os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2.3. Ressalta-se que prestação do serviço pretendida não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do documento de formalização de demanda.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este(s) setor(es) demandante(s), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

Registre-se que, as especificações técnicas do objeto foram tratadas no campo [descrição] dentro da tabela do item 04 deste TR, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratada no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

8.2 - Sustentabilidade

8.2.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

8.2.1.1 - Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, com destaque:

- a) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- d) redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- c) utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- d) observação das normas do INMETRO;
- e) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- f) fornecer e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



8.3.1 - Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

8.4 - Da vedação de utilização de marca/produto

8.4.1 - Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

8.5 - Subcontratação

8.5.1 - NÃO será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.6 - Garantia da contratação

8.6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 - O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Município de Bocaina de Minas.

9.1.2 - Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

9.1.2.1 - Os serviços serão prestados na sede do município - Central Municipal de Videomonitoramento - e nos pontos elencados no item 4 deste Termo de Referência no que tange à instalação e manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos.

9.1.2.2 - Após a instalação a CONTRATADA deverá ofertar treinamento aos servidores que farão a operacionalização dos sistemas e ofertar suporte a estes durante toda a vigência do contrato.

9.1.2.3 - É de inteira e total responsabilidade da CONTRATADA a instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituições em caso de defeito, treinamento dos operadores do sistema e suporte a estes.

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 - As comunicações entre o Município de Bocaina de Minas e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O Município de Bocaina de Minas poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.6 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 - DO RECEBIMENTO

11.1.1 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

11.1.1.1 - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.1.2 - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.1.2.1 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.1.3.1 - Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.1.3.2 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas, quando for o caso;

11.1.3.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.1.3.4 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.1.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.5 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.1.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.1.7 - Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

11.1.8 - O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



12 - LIQUIDAÇÃO

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, CNPJ nº 18.194.076/0001-60, situada Rua Capitão João Mariano Dias, 86, Centro, Bocaina de Minas.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 - PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

16 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL realizada em único item/lote.**

16.2 - Condições de Participação

16.2.1 - Nos termos do Art. 48, inciso I da lei complementar nº 123/2006, essa dispensa **SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS.** A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



16.3 - Exigências de habilitação

16.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.4 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

16.4.1 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.2 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.4 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

16.4.5 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.4.7 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



16.4.8 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

16.4.9 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física

16.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.5.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.6 - Qualificação Econômico-Financeira

16.6.1 - Não será exigido Qualificação Econômico Financeira.

16.7 - Qualificação Técnica

16.7.1 - Será exigido Qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

I - Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou ainda no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro do (s) responsável (is) técnico(s);

II - Indicação do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços através da apresentação do comprovante de registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou ainda no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT;

III - Atestado de Capacidade Técnica profissional, acompanhado do CAT junto ao CREA ou CAU ou CRT, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, em nome do profissional comprovadamente integrante do quadro permanente da proponente, como empregado ou como sócio administrador da sociedade, comprovando ter o referido profissional (inscrito no CREA, CAU ou CRT), sido responsável técnico pela execução de serviços da mesma natureza e de características semelhantes e similares ao deste processo, que será responsável técnico pela montagem e desmontagem de todas as estruturas a serem contratadas.

IV - Apresentar Atestado(s) de Aptidão Técnica operacional (em nome da empresa), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto desta licitação, de forma satisfatória, especificamente relativo às parcelas de maior relevância, relacionadas abaixo:

- Execução e manutenção de sistema de câmeras em vias públicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



- Configuração de software de monitoramento para sistemas de videomonitoramento público;
- Implantação de sistema de Leitura de placa integrado com banco de dados;

17 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 - O R\$ 62.100,00 (sessenta e dois mil e cem reais)

18 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Município de Bocaina de Minas.

18.1.1 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0003.2.0011 - DESENV. DAS ATIVIDADES DEPTO. DE ADM. E FINANÇAS

18.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

19.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 - Considera-se licitante todo fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica, participante da presente dispensa de licitação.

19.3 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, 30/07/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Cleide Aparecida Vani Alves

Secretário(a) Municipal de Administração e Fazenda



ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

NVR 16 CANAIS (1 UNIDADE) Sistema OS Linux embarcado Entradas IP 16 canais de entrada IP Banda de entrada 320 Mbps Banda de saída 320 Mbps Resolução 12MP, 8MP, 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 1080P, 1280×1024, 960P, 720P, 960H, D1, CIF Saídas HDMI 1: 3840 × 2160 @60fps, 3840 × 2160 @30fps, 1920 x 1080, 1280 x 1024, 1024 x 768 HDMI 2: 1920 × 1080, 1280×1024, 1024 × 768 VGA: 1920 × 1080, 1280×1024, 1024 × 768 Compressão Smart H.265, H.265+, H.265, H.264 Exibição multi-telas 1, 4, 6, 8, 9, 13, 16, 25, 32, 36, 64 Entradas de rede 64 canais de entrada IP Entrada 1x RCA Saída 1x RCA Compressão G.711(U/A) Fluxo de gravação Fluxo de gravação duplo Resolução 12MP @20fps 8MP, 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 1080P, 1280×1024, 960P, 720P, 960H, D1, CIF @30fps (NTSC) / 25fps (PAL) Modo Manual, cronômetro, movimento, sensor, POS, Reprodução simultânea Máx. 16 canais Pesquisa Fração de tempo, tempo, evento, tag, pesquisa Pesquisa Inteligente Realçar as cores do display de gravação da câmera em determinado período de tempo, cores diferentes para gravações de eventos diferentes Funções Iniciar, pausar, avançar, retroceder, zoom digital, Capacidade de decodificação Ao vivo e reprodução 1ch 12MP, 4ch 5MP, 9ch 1080P, 16ch 720P Modo Manual, sensor, movimento, exceção, evento Entradas 8ch de entrada local; suporta entrada de alarmes de Saídas 4ch de saída local

Disparo Gravação, foto, sonoro, preset, e-mail etc Análise de estrutura de vídeo Classificação de pessoas e veículos Sim Fisheye Suporta fisheye dewarping via Web Client e APP Reconhecimento de placas Sim Interface 2x RJ-45 10/100/1.00Mbps Protocolo TCP/IP, DHCP, DNS, DDNS, UPnP, NTP, SMTP, HTTP, HTTPS, 802.1x, ONVIF, etc. Conexões Simultâneas Máx. 20 usuários Acesso via aplicativo OS iOS, Android (smartphones e tablets) Interface HD 8x SATA, até 8TB por HD, 2x e-SATA RAID RAID0, RAID1, RAID5, RAID6, RAID10 Local Pen-drive, HD Externo Rede Sim USB 2x USB 2.0, 1X USB 3.0 RS485 Sim Controle Remoto Não Fonte de alimentação ATX 250W Consumo de energia <30W (sem HD) Dimensões (mm) 445 × 436 × 90 Ambiente de operação -10°C ~ 50°C, umidade de 10% ~ 90%;

HD 8TB (2 UNIDADES) Os HD's devem ser do tipo "Surveillance" com 64MB de cache mínimo e operação 24x7 para RAID 05 ou próprios para CFTV.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

CÂMERA IP 4 MP (6 UNIDADES) Sensor de imagem 1 / 3" CMOS Resolução 4MP Tamanho da imagem 2560 x 1440 Obturador eletrônico 1/3 s ~ 1/100.000 s Tipo de Íris Íris Fixa Iluminação mínima 0.03 lux @F1.6, AGC ligado; 0 lux com IR acionado Lente 2.8 mm @F1.6 Ângulo Horizontal: 98°; Vertical: 53°; Diagonal: 116° Montagem da lente M12 Wide Dynamic Range (WDR) Digital WDR BLC Sim HLC Sim Digital NR Sim Ângulo de ajuste H: 0° ~ 360°; Verical: 0° ~ 80°; Rotação: 0° ~ 360° Compressão de vídeo Fluxo principal: H.265 / H.264 Fluxo secundário: H.265 / H.264 / MJPEG Fluxo terciário: H.265 / H.264 / MJPEG Padrão H.265 Main Profile@Leve4.1 High Tier Resolução 4MP (2560 × 1440), 3MP (2304 × 1296), 1080P (1920 × 1080), 720P (1280 × 720), D1, 480× 240, CIF Fluxo principal 60Hz: 4MP/3MP/1080P/720P (1~30fps) 50Hz: 4MP/3MP/1080P/720P (1~25fps) Fluxo secundário 720P/D1/CIF (60Hz: 1~30fps; 50Hz: 1~25fps) Fluxo terciário D1/CIF/480 × 240 (60Hz: 1~30fps; 50Hz: 1~25fps) Bit rate 64 Kbps ~ 8 Mbps Modo de codificação VBR/CBR Configuração de imagem ROI, Saturação, Brilho, HUE, Contraste, WDR, Anti-embacamento, Nitidez, NR, etc. Ajustes via software ou navegador. ROI Cada ROI é configurado separadamente. Interface de rede RJ45 Módulo da câmera Características de Imagem Interfaces Detecção 56.52 m (185.43 ft) Observação 22.61 m (74.17 ft) Reconhecimento 11.30 m (37.07 ft) Identificação 5.65 m (18.53 ft) Monitoramento remoto Navegador, mobile Navegador IE (plugin), Google Chrome, Edge, Firefox, Safari Conexão online Suportado até 3 usuários simultaneamente; Suportado transmissão mult-stream em tempo real. Protocolo de rede UDP, DHCP, NTP, RTSP, RTP, RTCP, PPPoE, DDNS, SMTP, FTP, 802.1x, SNMP, UPnP, HTTP, HTTPS, QoS Protocolo de interface ONVIF Perfil S Armazenamento em remoto (rede) Alarme inteligente Detector de Movimento Eventos inteligentes Exceção (detecção de vídeo borrado, mudança de cena e anormalidade no vídeo), cruzamento de linha, área de intrusão e detecção de objetos (esquecidos e subtraídos) Função geral Marca d'Água, Máscara de vídeo, Heartbeat e Modo corredor Segurança Criptografia de vídeo, criptografia de firmware, criptografia HTTPS, criptografia de configuração, bloqueio de login ilegal, filtragem de endereço IP, autenticação 802.1x, autenticação básica e digest para HTTP/HTTPS PoE Sim, IEEE802.3af Alcance de IR 20 metros Proteção IP67 Fonte de alimentação DC 12V/POE (IEEE802.3af) Consumo de energia < 3.5W

CÂMERA LEITURA LPR (4 UNIDADES) Detecção de passagens veiculares por até 2 (duas) faixas de rolamento em locais previamente definidos para a instalação de Pontos de



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

coleta de imagens; Detectar a presença veicular através de sensor de presença nos Pontos de coleta de imagens; Dispor de segunda opção de funcionamento através de detector virtual baseado em software ou algum outro sensor; A finalidade da segunda opção, é permitir a continuidade da obtenção das imagens veiculares durante o tempo necessário para possível manutenção técnica na primeira opção; Incorporar switch padrão industrial (ou que suporte operação em ambiente com temperatura prevista de até 45°C), com mínimo sugerido de 8 (oito) portas, que permita interligar a solução à rede de dados TCP/IP e que atenda a conexão de câmeras extras; Captura no mínimo 2 (duas) imagens de cada veículo que trafegue pelos Pontos de coleta de imagens, configuráveis a critério do operador, nas quais apareça a respectiva placa veicular e que permitam a identificação de características peculiares a cada automotor, tais como coloração, modelo e sinais distintivos diversos; Recurso que permita configuração da quantidade de imagens desejada, nos períodos diurno e noturno; Recurso que possibilite a visualização on-line de suas câmeras para facilitar o apoio ao ajuste das mesmas pelo técnico de campo; Capturar imagens de veículos passando também pela contramão da via de rolagem. Capturar imagens de todos os veículos que trafeguem pelos pontos definidos. Captura de imagens de veículo sem aproximação (pela frente do veículo) e em afastamento (pela traseira do veículo), a critério do usuário; enviar as imagens captadas à CENTRAL DE MONITORAMENTO, por meio de rede existente no PONTO DE COLETA DE IMAGENS, que utiliza protocolo TCP. Armazenar localmente as imagens de, no mínimo, 10.000 passagens veiculares, quando detectar a interrupção do link de comunicação com a CMU, reiniciando automaticamente o envio assim que o link de comunicação for restabelecido. Caso o número de passagens veiculares exceda o valores estipulado, a solução deverá manter as imagens mais recentes; Vincular no mínimo de uma câmera adicional por faixa de rolagem para prover imagens panorâmicas, que deverão ser anexadas às imagens dos veículo se enviadas juntamente à CMU; Suportar sincronismo de relógio através do protocolo NTP; Detectar quando o relógio estiver fora de sincronismo com o servidor da CENTRAL DE MONITORAMENTO, permitindo que a CENTRAL DE MONITORAMENTO possa identificar uma determinada passagem veicular sem certificação do horário; Alimentação elétrica 110 ou 220 VAC; Dispositivos de proteção contra surtos oriundos da rede de energia; Dispositivos de proteção contra surtos oriundos da rede de dados das câmeras; Painel para conexões elétricas, separando os circuitos internos ao dispositivo dos circuitos ou outros equipamentos instalados fora do mesmo. Sistema de energia alternativa, que permita o mínimo de 10 minutos de



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

funcionamento em caso de parada de energia; Detecção de veículos trafegando em velocidade igual ou inferior a cem quilômetros por hora (100km/h); Verificação automática e continua do funcionamento todas câmeras conectadas e informar os intervalos de tempo em que cada câmera não esteve funcionando; Esta verificação deve ser também efetuada e armazenada nos momentos que o link de dados com o equipamento que receberá estas informações estiver indisponível; Verificação de anormalidades de funcionamento no próprio dispositivo como por exemplo: capacidade de processamento, temperatura, armazenamento interno, entre outros que a solução disponibilize; Esta verificação deve ser também efetuada e armazenada nos momentos que o link de dados com o equipamento que receberá estas informações estiver indisponível.

SWICHT 5 PORTAS GIGABIT (3 unidades) deve possuir 5 Portas PoE RJ45 (10/100/1000Mbps) com Auto Negociação (Auto MDI/MDIX). Deve possuir capacidade de comutamento de no mínimo 6.5 Gbps. Deve possuir temperatura de operação de 0°C - 40°C.

FONTE DE NOBREAK (3 unidades com bateria). Tensão de alimentação Full Range (100 a 240 Vc.a.); Tensão de saída 12,8 Vc.c. $\pm 5\%$; Corrente nominal de saída 5 A.; Proteção contra curto circuito de entrada e saída; Proteção de subtensão da bateria para evitar descarga completa; Proteção contra ruídos e interferência eletromagnética Carregador de bateria interno; Saída NF e NA; saída configurável como temporizada ou monitoramento.

ROTEADOR (1 UNIDADES) Frequência nominal CPU: 880MHz Núcleos CPU: 2 RAM: 256MB Portas ethernet 10/100/1000: 5 Portas USB: 1 Plugue de energia: 1 Tensão de entrada suportada: 8V - 30V Entrada PoE: SiM Monitor de voltagem: Monitor temperatura PCB: Dimensões: 113 x 89 x 28 (mm) Sistema operacional: Router OS Temp. ambiente (testada): -30 + 70 C Nível licença I: 4 CPU: MT7621A Consumo máximo: 5W Tipo slot USB: USB tipo A, USB Power Reset:, Tipo armazenamento: FLASH Capacidade armazenamento: mínimo de 16MB Quantidade de threads do processador: 4



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

POSTE PA4 (3 unidades) Poste engastado de aço tubular com diâmetro (\varnothing) de 4" com altura livre após instalação de no mínimo de 6000 mm; Tubo de aço galvanizado NBR5580L; Bitola: 4"; Diâmetro externo: 114 mm; Espessura da parede: 3,75 mm;

CAIXA OUTDOOR (3 unidades) Estrutura em aço com espessura mínima de 1,5 mm. Dimensões mínimas de (H) 500 mm, (L) 400 mm e (P) 200 mm. Possuir 2 venezianas nas laterais da caixa, na parte superior. Deve estar preparada para instalação de ventilador. Deve possuir entrada e saída de cabos pela base da caixa. Deve possuir placas para dissipação de calor parafusadas: na caixa, no topo, base, laterais e traseira da caixa. Deve possuir porta em aço com espessura mínima de 1,5 mm, com vedação em borracha e com fechadura tipo cilindro. A porta deve possuir placa de dissipação de calor parafusada. Deve possuir 1 placa de montagem confeccionada em aço com espessura mínima de 2 mm, com pintura eletrostática a pó. Deve possuir 1 bandeja confeccionada em aço com espessura mínima de 2 mm para acomodação de equipamento. Deve estar preparado para fixação em poste, com fitas de aço ou abraçadeiras tipo BAP. Deverá ser instalado um disjuntor monopolar de 16A, 5 kA, 690V.

TV DE NO MÍNIMO 50 POLEGADAS 4 K (1 UNIDADE) Tecnologia: LED Resolução da Tela: 4K Ultra HD (3,840 x 2,160) Formato da Tela: 4K UHD Recursos de Imagem: hdr 10 / filmmaker mode Frequência: mínima de 60Hz Nativo Conexões: Entradas HDMI: 3 (2.0) Entradas usb: 2 (v 2.0) Entrada Antena: 1 (Digital e Analógico) Saída Digital Óptica: 1 Entrada lan: 1 Wi-Fi: Bluetooth: 5.0 Áudio e Vídeo: Saídas de Áudio: Saída Óptica Digital Entradas de Áudio e Vídeo Estéreo: 1 Entradas de Vídeo Componente: Sistema de som: Dolby Digital. Estéreo: Entrada HDMI: 3. Entrada USB: 1. AV/vídeo: Saída digital óptica:

1. LAN RJ45: Entrada de RF: Bluetooth: Wi-Fi: Comando de voz: Função timer:
2. PARÁBOLA 60 CM (13 unidades) □ PARÁBOLA: Com 60cm de Diâmetro, em Aço, Espessura da chapa 1mm com borda de 23mm. □ SUPORTE DE FIXAÇÃO: 42mm de diâmetro, Braço 500mm, Espessura de 1.5mm, com Sapata de Fixação em U, 340mm de Comprimento 90mm de Largura 35mm de Altura e Mastro de sustentação de 40cm de comprimento, diâmetro de 25mm e espessura de 1mm. □ GIROFLEX GIROLED LUZ ALERTA LED: Iluminação: LED; Tipo: Flash; Bivolt 12V 24V; Watts: 30; Resistente a água; Fixação com parafusos e com Plug para Tomada. Comprimento 13 cm, Largura 09 cm, Altura 13 cm. CAIXA DE PASSAGEM EM PLÁSTICO: Dimensões (L x A x P) (A x \varnothing) 125



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

x 123 x 60 mm, Peso 0,129Kg, Características mecânicas: Material Plástico, Grau de proteção IP66, Local de Instalação Interno e Externo. RELE FOTOCELULA: Tensão de entrada: ac/dc 12v, corrente de carga máxima: 10A. □SEALTUBO: Cor Preta, medida $\frac{3}{4}$ flexível, com 1,5Metros, SUPORTE DE FIXAÇÃO DA PARÁBOLA COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO, CÚPULA: Com 20cm de Diâmetro por 6cm de Altura para acomodação dos cabos, ABRAÇADEIRAS: em Aço galvanizado, 102mm, com parafusos, elevada resistência mecânica e à corrosão, Abraçadeira fusimec 30cm de comprimento e fexo em aço inox $\frac{3}{4}$., Kit Acessórios para Montagem com uniduts de alumínio $\frac{3}{4}$, prensa cabo pg7, parafusos para montagem.

COMPUTADOR PARA VMS(1 unidade) Processador Gabinete do tipo torre com 2 baias. Deve acompanhar gravador e leitor de CD e DVD. Deve possuir processador com configuração mínima similar ao desempenho do Intel Core i7-7700 Quad Core de 3.6GHz (4.20GHz turbo), 8MB de cache, 4 cores e 8 threads. Memória RAM de no mínimo 8GB DDR4. Possuir capacidade máxima de pelo menos 32GB de memória RAM. Deve possuir SSD de no mínimo 120GB para o sistema operacional e um HD de no mínimo 1TB para demais arquivos. Deve possuir placa de vídeo de no mínimo 4GB DDR5 com 768 cuda cores e possuir saídas de vídeo DVI, HDMI e Display Port para até 3 monitores. Deve possuir uma interface de rede Gigabit Ethernet. Deve possuir 2 portas USB 3.0 traseiras. Deve possuir 2 portas USB 2.0 traseiras e 2 portas USB 2.0 frontais. Deve possuir fonte de alimentação de 550W com eficiência mínima de 85%, certificação 80 Plus Bronze. Acompanhar licença de Windows 10 Professional ou superior (não serão aceitas versões de uso doméstico). Deve acompanhar teclado e mouse. Deve acompanhar um monitor de no mínimo 24" LED Full HD com entrada HDMI ou DVI.

NOBREAK 1500VA BIVOLT (1 unidades) Frequência de operação: 60 Hz ± 3 Hz Tensão de saída: 110V, Tensão de entrada: Bivolt Potência nominal de pico: 1200 VA / 750 W Topologia: Interativo Forma de onda em modo bateria: Semisenoidal (retangular), Frequência de saída em modo bateria: 60 Hz ± 1 Hz Frequência de entrada: 60 Hz ± 3 Hz Tensão nominal de entrada: Bivolt automático 120V~ $\pm 20\%$ (96-144V~) / 220 V~ $\pm 20\%$ (176-264V~) Tensão nominal de saída: 120 V~ Regulação da tensão de saída: Modo rede: 120V~ $\pm 10\%$ / Modo bateria: 120V~ $\pm 5\%$. Tomadas de saída: 8 tomadas de 10 A (NBR 14136) Baterias internas: 2 seladas (VRLA) 12 V 7Ah Função DC start :Permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica, desde que a bateria esteja com carga Religamento



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

automático: O nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada, desde que as baterias estejam em plenas condições de uso Sinalizações audiovisuais: Status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.

SUPORTE DE FIXAÇÃO DE CÂMERAS BULLET LPR/ANPR (4 UNIDADES) Suporte de metal com espessura de 2mm, Tamanho: 14cm de Largura por 19 cm de Altura. Com abas de Fixação de 8,5cm de Largura. Contendo um furo central de 30mm de Diâmetro e 4 furos com 7mm de Diâmetro. Aberturas de 4mm de Largura e 28mm de Altura.

LANÇA PROTETORA (40 UNIDADES)

Barras de 1 mt com pontas 7 cm que distam 4 cm uma da outra em duas fileira e espessura de chapa de 2 mm.

RACK PADRÃO 19 POLEGADAS 12U (1 UNIDADE) Mini Rack para Parede 12U/570 MM - Padrão 19" - Perfeito para suas instalações de Telecom, Cftv, Redes Etc. Especificações: Estrutura Monobloco com teto, base e fundos, confeccionados em Chapa de aço. Estrutura confeccionada em chapa de aço. Porta frontal confeccionada em chapa de aço. Porta frontal embutida na estrutura do rack com fechadura e chave segredo; Armação de aço com visor em acrílico; laterais removíveis com aletas de ventilação para melhorar a dissipação de calor interno do rack com Fecho rápido para facilitar a sua remoção possui plano ajustável para fixação de equipamentos padrão 19" O produto é estampado, dobrado, soldado e pintado em epóxi Preto. Dimensões Externas: Altura: (60cm) Largura (57cm) Profundidade (57cm)

MATERIAL PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO Para a Central de Monitoramento, fazem parte do escopo da contratação o fornecimento e a instalação de todos os componentes da infraestrutura de cabeamento estruturado e sua respectiva alimentação elétrica, horizontal e vertical, necessários para o pleno funcionamento do sistema, como: Eletrodutos 3/4" PVC não propagante a chamas. Curvas e derivações 3/4" PVC não propagante a chamas. Conduletes PVC não propagante a chamas compatíveis com espessura dos eletrodutos. Deverá estar incluso as tampas para os conduletes. Compor na infraestrutura parafusos, buchas e abraçadeiras para instalação. Cabeamento elétrico: Cabo 450/750V 3



vias (fase, neutro, terra) com 2,5mm², PVC antichama e em conformes com NBR NM 247-3 e NBR NM-280. Tomadas elétricas para alimentação dos equipamentos. A rede de lógica deverá ser padrão TIA /EIA 568 B.2, ISO/IEC 11801, Categoria 5e, 4 pares 24AWG, capa externa em PVC não propagante à chama e certificação Anatel. Acompanhar de conectores RJ45 em material termoplástico não propagante a chama.

TIPO DE SOFTWARE 1. O software deve ser um site de computação em nuvem, ambiente cloud Computing, e acessível através de navegador web para seu acesso e funcionamento, utilizado via uma conexão à internet, sem necessidade de servidores e Storage locais, baseado nos moldes SaaS (“Software as a Service”). 1.1. O software deve utilizar VMS próprio de vídeos ao vivo e gravações, podendo utilizar forma híbrida para gravações em servidor local.

CAPACIDADE 2. O sistema deve oferecer garantia de disponibilidade mínima igual ou superior a 99,00% do tempo, tendo em vista sua utilização em regime 24x7, também não pode exigir para seu funcionamento a aquisição de licenças extras com ambiente escalonável conforme demanda, sem limite de disponibilidade de canais e licenças. 2.1. O software deve fornecer todas as atualizações, mantendo-a em sua versão técnica mais recente, e garantir a compatibilidade das atualizações e/ou novas versões de sistemas operacionais. 2.2. O software deve possuir integração com API de clima, onde o usuário pode escolher qual cidade padrão que é exibido os dados de tempo atuais e edição de fuso horário. 2.3. O software suporta reprodução de imagens ao vivo, mosaicos e gravações simultaneamente para vários usuários em monitores independentes, e permite operações simultâneas como gravação, reprodução de vídeo, configuração do sistema, monitoramento ao vivo, pesquisa de imagens, cadastro e diversas tarefas, sendo que uma tarefa não afeta a execução da outra.

SEGURANÇA DO SOFTWARE, DADOS E NUVEM 3. Todas as conexões de usuários e câmeras devem utilizar conexão segura **HTTPS**, protocolo de comunicação para garantir a segurança e a privacidade dos dados por meio de comunicação criptografada, sendo o software acessível, no mínimo, através dos navegadores Mozilla, Firefox, Microsoft Edge, Opera, Safari e Google Chrome. 3.1. Possui MARCA D'ÁGUA configurável e editável, que auxilia na segurança dos documentos, bem como estampa a identificação da fonte para rastreio. 3.2. A plataforma deve possuir registros de **logs para auditoria** de forma abrangente, deve mostrar a atividade dos usuários que ocorre em toda a plataforma, ele deve listar aos administradores tudo o que aconteceu na atividade e interação dos usuários com o sistema, (quem, o que e quando fez). 3.3. Sistema deve possuir opção de configuração, permissão e



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

controle de diversos **níveis de acesso** de usuários, sendo entre as opções de filtro, câmeras, gravações, acesso a grupos, acesso a aplicativo, acesso a criar e compartilhar alertas, restrições de ip, possibilidade de limitar horários de acesso e uso da plataforma.3.4. O software deve possuir em sua tela inicial a ferramenta **reCAPTCHA**, um dos mecanismos mais utilizados para proteger o ambiente online de spam e outras atividades abusivas realizadas por robôs.3.5. O software deve possuir a ferramenta de autenticação multi-fator, **(MFA)**, que atua como uma camada adicional de segurança para prevenir que usuários não autorizados acessem as contas mesmo que a senha tenha sido roubada. Serve para a autenticação e validar as identidades de usuário, os usuários devem habilitar um aplicativo autenticador e validar ele na plataforma, o aplicativo mobile próprio também deve possuir um autenticador que pode ser utilizado nessa ferramenta.3.6. O software deve possuir em seu aplicativo mobile o **bloqueio contra print de tela**, para garantir mais segurança no uso do aplicativo e proteger informações e imagens confidenciais que poderiam ser compartilhadas anonimamente.3.7. O software deve possuir monitoramento 24 horas proativo de toda a sua estrutura, uma prática indispensável para garantir a estabilidade, segurança, eficiência dos sistemas e infraestrutura tecnológica. Isso deve permitir a implementação de soluções corretivas e preventivas, que identificam tendências e padrões de problemas antes que se tornem crises, promovendo uma operação mais estável e confiável a longo prazo. Deve permitir também detectar e resolver problemas de desempenho e indisponibilidade de serviços em tempo real ou antes que eles afetem significativamente as operações

ACESSO, USUÁRIOS, E NÍVEIS DE PERMISSÕES4. O software deve utilizar login único para todo o sistema, permitindo deste momento em diante acessar qualquer módulo, respeitando as permissões de acesso de cada usuário, sem a necessidade dum novo login, permitir operações simultâneas como gravação, reprodução de vídeo, configuração do sistema, monitoramento ao vivo, pesquisa de imagens, cadastro e diversas tarefas, sem que uma tarefa não afete a execução da outra.

4.1. O software deve permitir o gerenciamento geral de usuários, (Cadastro, Leitura, Atualização e Desativação), e seus respectivos níveis de acesso a gravação e armazenamento de imagens das câmeras que são associadas ao mesmo sistema com níveis de perfil diferenciados por tipos, sendo no mínimo, gerente, coordenador e operador;4.2. O Software deve permitir recuperação de senha no atalho de esqueceu a sua senha e é realizada colocando apenas o e-mail do usuário e fazendo requisição de nova senha,



recebendo assim por link no e-mail, com disponibilidade de fazer tanto no acesso web como mobile.

4.3. O software deve permitir que o gerente e coordenador definam níveis de acesso ao usuário, como poder cadastrar ou não blacklist, receber as notificações de alertas, visualizar ou não as gravações de vídeos, poder baixar as gravações e controlar o PTZ virtual das câmeras.4.4. O software deve possuir controle de acesso dos usuários por restrição de IP.4.5. O software deve permitir a opção de restringir número máximo de sessões por usuário;4.6. O software deve permitir a opção de criar restrições de horários e dias da semana para acesso do operador.4.7. O software deve permitir a expiração de acesso dos usuários ao sistema, de forma automática, com periodicidade configurável, de modo a ampliar os controles de uso da ferramenta, os coordenadores podem reativar a autorização de acesso ao sistema para estas permissões expiradas, inclusive exigindo ou não a alteração da senha de acesso.

CÂMERAS, CADASTRO E GRUPOS5. O software deve possuir aba de gerenciamento de canais de câmeras com as opções de criação, gestão, visualização, exclusão e edição de câmeras e campo para ajustar mudança de permissão de grupos de acesso, câmera deletada, ajustes de configuração.5.1. O cadastro das câmeras no software deve possuir campos para descrições de identificação detalhada de cada câmera contendo dentre eles;

Dados da câmera, nome, link do sistema da câmera, usuário e senha, endereço da câmera, município, grupo de câmeras da cidade, (bairro ou localidade), ponto de câmera, (mesma coordenada geográfica), sentido da via, campo para texto da descrição do sentido, identificação da faixa ou ponto de referência.5.2. O software deve permitir o cadastro por tipos de Transmissão e gravação, tipo de gravação ou desabilitada, se tem OCR embarcado, tipo de conexão sendo RTSP ou RTMP, modelo da câmera, usuário e senha, host de conexão, porta RTSP, canal, faixa de transmissão de vídeo sendo 0 normal e 1 baixa e se tem áudio ou não.5.3. O software deve ser compatível com várias marcas e modelos câmeras, dentre elas no mínimo Intelbras, Hikvision, Pumatronix, Dahua, Motorola, Alphadigy, Axis, Tecvoz.5.4. O software possui compatibilidade com o padrão de compressão no mínimo de vídeo H.264, H.264+ e H.265 e suporte ao protocolo ipv4 e ipv6.5.5. O software deve possuir integração e configuração de câmeras com opções de envio das capturas para terceiros como, Sistema Helios da PMMG, 5.6. O software deve permitir várias resoluções de vídeo dentre elas 720P e 1080P, bem como diferentes tipos de FPS e BIT RATE, com cada configuração podendo ser especifica por câmera;5.7. O software deve permitir gravações de vídeos com áudio, dependendo de a disponibilidade da câmera possuir microfone embutido integrado, e poderá



ser habilitado no cadastro da câmera.5.8. O software deve permitir o download de imagens e vídeos gravados para um computador, e recuperação de imagens gravadas diretamente do navegador, com opção de cortar trecho da gravação de vídeo, baixar e compartilhar link de visualização de gravações.

TELAS DE MONITORAMENTO5.9. O software deve permitir a seleção de câmeras para visualização em tempo real das imagens e do vídeo (ou seja, filmagem em tempo real), visualização ao vivo das câmeras, mosaicos e gravações simultaneamente para vários usuários em monitores independentes, e permite visualizar os canais individuais e em mosaico em tela cheia, e criação de mosaicos com os canais selecionáveis, permitindo o usuário criar seus próprios mosaicos.5.10. O software possui opção de busca de gravações e dá suporte a visualização das gravações de vídeos através de miniaturas e especificação do Timeline (linha do tempo). 5.11. O software deve possuir aplicativo para desktop para gerenciar e criar mosaicos com os canais selecionáveis, permitindo a visualização ao vivo e gravações das câmeras configuradas com o protocolo de compreensão H.265.5.12. O software deve possuir opção de zoom digital na visualização ao vivo ou gravações.5.13. O software deve possuir opção de PTZ digital virtual no vídeo ao vivo e gravações;5.14. O software deve possuir mapa interativo com as posições geográficas das câmeras, e integração dos canais com opção de clicar em cima do ícone de posição da câmera para exibir display que permite ver o canal ao vivo, com links de atalho para acessar em outra aba as gravações de vídeo da câmera selecionada.5.15. O sistema deve possuir uma ferramenta de mapa interativo expansível que destaca as câmeras com as posições geográficas e legenda de cada canal adicionado, possibilita também a seleção de pontos por região específica pela ferramenta de polígono, utilizando essa seleção poderá ser aberto, através de atalho rápido, as telas de monitoramento e mosaico na região alvo

LEITURA DE PLACAS VEICULARES, (OCR/LPR)6. O software deve possuir recebimento das leituras com fotos oriundas das câmeras com LPR embarcado e identificação através de leitura automática da placa do veículo através de envio por FTP e HTTPS Push.6.1. O software deve possuir tecnologia com algoritmo próprio embarcado em servidor em nuvem para o processamento e extração de placas veiculares detectadas em vídeos de câmeras IP ou canais DVR/NVR através de protocolo RSTP ou RTMP, dependendo única e exclusivamente da posição e qualidade da imagem para seu melhor aproveitamento, apresentando o índice de porcentagem de acerto de cada leitura.6.2. O software deve permitir o acompanhamento em tempo real (respeitando-se a tolerância de até 10 segundos da disponibilização da imagem



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

pela câmera de OCR) de um determinado veículo através de lista de passagens.6.3. Para cada veículo apresentado na tela de monitoramento, o software deve informar os dados de passagem, dentre eles, data, hora, local e câmera que o identificou, localização geográfica e os dados do veículo, como marca, modelo, tipo, estado, cidade e cor (quando disponibilizados e integrados através de API dependendo de convenio entre o departamento de trânsito do estado em que estiverem instaladas), vinculados a cada imagem correspondente a sua passagem.6.4. O software deve permitir o ajuste de brilho, contraste, matiz e saturação independentes de sua imagem capturada de leitura de placas, quando selecionado o registro para a visualização em maior dimensão, permitindo salvar quando editado o ajuste de brilho e contraste de sua imagem no computador, sem que o arquivo original seja alterado.6.5. O software deve permitir o ajuste de inverter cores para negativo e positivo de sua imagem capturada de leitura de placas, quando selecionado o registro para a visualização em maior dimensão, permitindo salvar quando editado o ajuste de brilho e contraste de sua imagem no computador, sem que o arquivo original seja alterado;6.6. A plataforma deve permitir selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão nas imagens de leitura de placas, a visualização da imagem com efeitos de lupa, zoom quadrado e efeito zoom bi linear, posicionando o cursor sobre ela, conforme ajuste personalizado pelo usuário.6.7. O Software deve permitir a consulta de histórico de veículos que passaram pelas câmeras pela placa completa, e parcial, (fragmentada), com fragmentos e possibilidade de caractere coringa, sendo asterisco, (*), para um ou mais caracteres em qualquer campo da placa, filtrando-se estas consultas por filtros de data da passagem, ponto de captura, câmera, cidade ou grupo, e filtro dos dados do veículo (modelo, cor, tipo, estado e município de emplacamento), quando integrado com alguma base de dados fornecida pelo contratante.6.8. O Software deve permitir a consulta de histórico de veículos que passaram pelas câmeras com opção de filtros de exclusão de placas, cidades ou termos do resultado.6.9. O Software deve possuir opção de exportação de todos os resultados de busca em, no mínimo, formato PDF, CSV e ZIP com as fotos.6.10. O Software deve permitir após a consulta dos veículos a opção de exibir a plotagem em mapa da rota realizada por um veículo contido no resultado. A rota plotada sobre o mapa permite a apresentação das identificações de acordo com o tempo, exibindo além dos pontos onde a imagem foi capturada a linha que liga um ponto ao outro em ordem cronológica e os dados de cada uma das passagens com ícone interativo do local de sua imagem lida.6.11. O software deve possuir na aba de busca de placas de veículos o filtro de seleção do tipo da placa a ser exibida, com as opções de somente MERCOSUL, somente padrão antigo,



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

somente Argentina/Paraguay, somente invalidas ou todas.6.12. O software deve possuir na aba de busca de placas de veículos o filtro de seleção do país da placa a ser exibida, com as opções de todos os países da América, o usuário também poderá editar e cadastrar os dados de um veículo de outro país e assim entrar para o banco de dados para futuras pesquisas.6.13. O software deve possuir aba de acompanhamento ao vivo de câmeras com leitura de placas, nessa tela é apresentada a imagem da câmera ao vivo se disponível, mapa de localização e as leituras em tempo real dos veículos que estão passando pelo local, possui também a exibição em lista dos veículos com restrição em uma coluna lateral, com opção de filtrar por tipo de alerta, a mesma opção é disponibilizada no aplicativo da plataforma como modo BLITZ.6.14. O software deve possuir função de acompanhamento em tempo real das últimas passagens de um veículo selecionado, sendo que a cada nova passagem do veículo a tela se atualiza automaticamente, mostrando em destaque as fotos das passagens da última hora registradas e plotagem no mapa.6.15. O software deve possuir relatório de comportamento e atividade e exibir tela de acompanhamento em tempo real os dados para melhor realização da abordagem, com o indicativo gráfico de qual câmera o veículo mais circula, dia da semana e horário, aumentando a possibilidade de êxito numa possível abordagem do veículo.6.16. O software deve possuir aba de pesquisa de veículos em comboio, essa ferramenta deve selecionar e exibir os veículos que passaram juntos com determinado alvo, com filtros de espaço de tempo configurável para busca antes e depois em cada ponto de câmera escolhido, e quantidade de vezes selecionável.6.17. O software deve possuir ferramenta para extrair relatório de coincidências, onde deve permitir filtrar as consultas por locais através dos pontos das câmeras, datas e intervalo de horários quais as leituras de veículos coincidiram ler em ambos os locais, com opção de até 5 pontos de inclusão de dados;6.18. O Software deve apresentar mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Fluxo de veículos”, e que registram maiores e menores incidência de circulação de “Veículos Restritos” ou ambos juntos, (proporção de veículos com registro de restrição que circulam, com relação ao fluxo total de veículos).6.19. O Software deve permitir a contagem de veículos que passaram por uma determinada câmera ou um conjunto de câmeras e possuir relatório de fluxo com pesquisa de estatísticas e relatório de contagem dos veículos diário, semanal ou mensal, com gráfico por câmera individualmente, por grupos ou cidades, para fins de auxílio em estudos de alterações viárias, ou estudos de estatísticas de fluxo.6.20. O Software deve possuir relatório de veículos com gráfico em formato de pizza



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

dos modelos, tipos e cidades de veículos mais frequentes e em lista individuais dos 100 que circularam em determinada câmera selecionada, dependendo de disponibilização de integração com base de dados pela contratada.6.21. O Software deve possuir ferramenta de identificação e alertas sem intervenção do usuário, alerta e relatório automático de suspeita de veículos com placas clonadas, utilizando algoritmo próprio de análise nas leituras em tempo real, que procura identificar placas iguais em locais diferentes, com incompatibilidade de deslocamento temporal, gerando alerta e um arquivo de visualização para comparação visual de ambas as leituras, com opção de excluir falsos positivos.6.22. O Software Analítico deve possuir opção de busca e análise correlacional de veículos, o usuário insere a placa do alvo e pode optar por data de início e fim, a ferramenta deve procurar explorar relações que possam existir entre variáveis, ser uma pesquisa científica que busca entender a relação entre duas ou mais variáveis. Ele é aplicado quando o pesquisador quer saber se há uma relação entre essas variáveis, mas não tem o interesse imediato de estabelecer causa e efeito, por exemplo por comboio, coincidências e mapa de calor do alvo em relação de tempo e distância entre ocorrências.6.23. O Software deve possuir pesquisa de relatório de fluxo com opção de exportação de todos os resultados de busca em, no mínimo, formato PDF e CSV.6.24. O software deve possibilitar a gestão, criar, consultar, editar e desativar, as listas manuais de interesse que sejam alertadas, sendo possível adicionar as placas de veículos nas listas, informado ao menos a placa e o motivo, diferencia as listas de interesse manuais, (lista de veículos monitorados pontualmente pelo sistema, listas criadas pelo usuário do sistema), dos veículos com restrições, ou seja, veículos que possuem restrições na base oficial de veículos (Federal ou Estadual), desde que contenha integração os registros de todos carros a nível nacional, ou seja, estão com licenciamento atrasado, veículos roubados, dentre outras possíveis restrições.6.25. O software deve apresentar notificação áudio visual em tela do sistema para todos os veículos com restrições e veículos que constarem em listas de interesse;6.26. O software deve possuir cadastro de listas de alertas para a inserção manual de restrições de ações utilizando o determinado veículo pela placa e o sistema confronta automaticamente as placas lidas e recebidas pelos equipamentos de OCR, com os arquivos de veículos cadastrados manualmente pelos usuários do sistema através das listas de interesse, com os seguintes campos principais, placa, modelo, cor, marca, tipo, campo de descrição, tipificação da ocorrência e data de expiração.6.27. O software deve possuir no seu cadastro de listas de restrições a opção de seleção de tipo de compartilhamento, com opções diferenciadas sendo, sigilosa, restrito ao usuário, compartilhada com o órgão do usuário, com



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

subgrupo do órgão ou compartilhado com todos os usuários da plataforma de forma geral entre os órgãos, 6.28. O software deve possuir a opção de escolher, selecionar e filtrar quais câmeras de interesse que o veículo irá passar para serem emitidos os alertas, sendo uma, mais ou todas as câmeras, ou quando compartilhado com todos a todos que optarem por receber, 6.29. O software deve possuir no seu cadastro de listas de restrições a opção de escolher de quais as cidades que o operador deseja receber os alertas compartilhados com todos. 6.30. O software deve possuir no seu cadastro de listas de restrições opção de incluir anexos, como documentos, BO e fotos individuais referente ao alerta e possibilita aos usuários com acesso e permissão a consultar a visualizar esses arquivos. 6.31. O software deve possuir cadastro de listas de alertas para filtros de comportamento suspeitos, o usuário pode setar uma ou mais câmeras de interesse, definir os critérios de quantidade e tempo de passagem de repetição por veículo, escolhe a validade e descreve o motivo, os veículos que se encaixarem nos filtros serão alertados ao usuário, recomendado sempre por períodos curtos. 6.32. O software deve possuir cadastro de listas de alertas inteligentes com filtros por modelo, cor e fragmentos de placas de veículos de interesse, o usuário pode setar uma ou mais câmeras e definir os critérios por veículo, escolhe a validade, descreve o motivo e os veículos que se encaixarem nos filtros serão alertados ao usuário, recomendado sempre por períodos curtos. 6.33. O software deve possuir funções de envio dos alertas ao usuário, sendo por e-mail, por mensagem eletrônica no aplicativo e via Telegram sem custos adicionais, e opção por Whatsapp Oficial do Grupo Meta e SMS conforme planos de contratação mensal direta com o fornecedor de pacotes de envio 6.34. O software deve possuir alertas por e-mail sobre cadastros da lista de restrições prestes a vencer o prazo, o sistema deve enviar um e-mail ao operador criador do alerta avisando juntamente com um link para reativação se necessário.

APIS E INTEGRAÇÕES EXTERNAS 7. O software deve possuir ferramenta de API que funciona com banco de dados oficial com atualização automática, ou seja, sincronizada com algum órgão governamental, dependendo de convenio ou parceria, sendo a Base Federal ou Estadual (DETRAN). 7.1. O software deve possuir compatibilidade a receber alertas de restrições do banco de dados integrados dos órgãos de segurança estaduais e federais, bem como outros que puderem surgir conforme acordo de cooperação técnica do contratante. 7.2. O software deve ter em todas as situações de integração com terceiros via API conexões criptografadas e usuários e tokens fornecidos pelo terceiro. 7.3. O software deve permitir a importação de forma automática das bases de dados de veículos e dos arquivos de restrição



de circulação de veículos, (furto e documentação), fornecidos pelo departamento de trânsito do estado em que estiverem instaladas conforme acordo de cooperação técnica do contratante.7.4. O software deve permitir a integração dos seus registros com o sistema, SPIA, Alerta Brasil 3 (PRF), e deve permitir os envios realizados ao sistema Córtex do MJSP em tempo real no momento do recebimento das capturas via Web API, enviado os dados referentes à captura juntamente com o arquivo em base64 (foto transformada em texto) da captura em caso de convenio do contratante com o órgão federal.7.5. O software deve permitir a integração dos seus registros com os sistemas das secretarias de segurança publicas dos estados e outros que podem surgir e serem solicitados a integração.

AUDITORIA E CONTROLE DE LOGS E ACESSO A IMAGENS8. O software deve possuir auditoria de todos os usuários com log de atividade gravados para possível consulta, campo de pesquisa de termo utilizado nas buscas, com geração de arquivo para exportação, com log identificando IP, data e horário, atividade de entrada e saída do sistema gerando logs de login e log off e nome do cadastro do usuário, por recursos individuais como criação de blacklists, exclusão, pesquisa de placas dentre outras atividades dos usuários no sistema pelos usuários criados pelos coordenadores de cada órgão; Cadastros e gestão de câmeras, usuários e grupos, demonstrando as atividades de utilização tanto no modo WEB como Mobile.8.1. O software deve possuir opção de incluir marca d'água digital com transparência nas fotos que forem baixadas, com número de ID no sistema, nome do usuário, Email e data, com o objetivo de inibir o anonimato e divulgação de imagens.

APLICATIVO PRÓPRIO 9. O software deve possuir de maneira pública e gratuita acesso mobile com aplicativo próprio no mínimo para plataformas iOS (Apple) e Android, disponíveis nas lojas Apple Store e Google Play.9.1. A utilização do aplicativo mobile deve ser restrita a usuários previamente autorizados e cadastrados no software de monitoramento web.9.2. O aplicativo mobile deve possuir a funcionalidade de visualização de vídeo ao vivo e visualização de gravações de vídeo, criação de mosaicos personalizados e opção de selecionar câmeras favoritas, inclusão de notificações (listas de restrição), notificações das listas de restrição através de mensagens eletrônicas com as passagens dos veículos pré-cadastrados e descrição resumida permitindo também a exibição de foto dos alertas e inclusão de notificações e alarmes.

9.3. O aplicativo mobile deve permitir, no mínimo, as funcionalidades de consulta de passagens, e possuir no aplicativo mobile a ferramenta de CHAT para interação entre os usuários e grupos criados entre eles.9.4. O aplicativo mobile deve possuir ferramenta de



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

pesquisa de buscas por objetos conforme contratação e permissão do usuário para esse tipo de algoritmo, buscas de leituras por filtros de placa, placa fragmentada, marca/modelo, cor, tipo, estado/cidade desde que os dados estejam disponibilizados pelo contratante. 9.5. O aplicativo mobile permite, no mínimo as funcionalidades de consulta de passagens, vídeo ao vivo, upload de imagens e gravações, desde que o usuário esteja cadastrado na plataforma web e tenha as permissões de acesso, permite as funcionalidades de consulta de faces lidas, bem como visualização de vídeo ao vivo e visualização de gravações de vídeo, inclusão de notificações e restrição (Blacklist), visualização das ferramentas de reconhecimento facial, cadastro e edição de faces, conforme contratação de canais com esse tipo de tecnologia. 9.6. O aplicativo mobile deve possuir ferramentas de reconhecimento facial, com pesquisa de faces através de upload de foto do rolo da câmera do celular ou utilização da câmera do mobile, com ferramenta de editor e recorte de fotos para melhor acurácia, conforme contratação de canais com esse tipo de tecnologia. 9.7. O aplicativo mobile possui ferramentas de reconhecimento facial com comparação entre duas fotos de faces para ter resultado de acurácia e semelhança, obtendo resultado favorável ou não de reconhecimento, possui funcionalidades de consulta de objetos reconhecidos, conforme contratação de canais com esse tipo de tecnologia.

9.8. O aplicativo mobile deve possuir ferramentas de configuração dos alarmes de vídeo e contagem caso essa tecnologia seja contratada. 9.9. O aplicativo mobile deve possuir ativação e desativação dos vídeos alarmes por push com botões de atalhos simplificados, que podem ser ativados individualmente ou geral, caso essa tecnologia seja contratada. 9.10. O software possui botão de alertas no canal das câmeras, via aplicativo mobile desde que o usuário tenha permissão para enviar o alerta ao grupo ou central de monitoramento 24 horas. 9.11. O aplicativo mobile possui a funcionalidade de modo BLITZ, onde o usuário pode selecionar uma determinada câmera e acompanhar os veículos com restrições que estão passando por ela para uma possível filtragem e abordagem, desde que os dados estejam disponibilizados pelo contratante. ANALÍTICO DE RECONHECIMENTO FACIAL O software deve possuir algoritmo próprio para o processamento e extração de faces detectadas com índice de porcentagem de acurácia através de vídeos de câmeras enviados ao servidor em nuvem para reconhecimento e comparação através de banco de dados. O software deve possuir algoritmo próprio para o processamento e extração de faces através de câmeras IP ou canais DVR/NVR com protocolo RSTP ou RTMP, dependendo única e exclusivamente da posição e qualidade da imagem para seu aproveitamento de índice de leituras. O software deve possuir detecção



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

facial com inteligência artificial nativa na plataforma, possibilitando câmeras que não possuem a função serem utilizadas; O Software deve permitir a consulta de histórico de faces que passaram pelas câmeras, filtrando-se estas consultas por, no mínimo: data da passagem; ponto de captura; câmera, cidade ou grupo, e tipo de alerta quando integrado com alguma base de dados fornecida pelo contratante .O software deve possuir no sistema de reconhecimento facial comparação das leituras das câmeras com match entre faces apresentando porcentagem de acurácia.

O software deve possuir gestão completa do cadastro de faces de pessoas no modulo de reconhecimento facial, cadastros de fotos de faces e dados específicos com opções adicionar, pesquisar, visualizar, editar e excluir, e o usuário deve ter opção de compartilhar ou deixar no modo privado cada cadastro que insere na plataforma. O software deve permitir a criação de banco de dados de faces próprio para futura busca e seu rastreio, cadastro com opções de inserir os dados básicos da pessoa como nome completo, CPF, apelido, data de nascimento, nome da mãe e qual o tipo de cadastro, restrito ao usuário cadastrante ou compartilhado ao grupo e caixa de texto destinado a digitar a descrição relacionada ao cadastro, possui também aba de endereço com opção de georreferencia em mapa. O software deve possuir no cadastro de face duas opções de upload, uma de cadastro de fotos para o algoritmo utilizar para o match com opção de inserir até 10 fotos para melhor busca e assertividade e outra de fotos e arquivos relacionados a pessoa, como documentos de mandado de prisão e outras fotos.

O software deve possuir no cadastro de face campos, não obrigatórios, para incluir características como situação atual criminal, cabelo, tipificações criminais, tatuagens e deficiência com apontamento em qual parte do corpo podendo incluir mais de um item, O software deve possuir no cadastro de face possibilidade de cadastro de faces de pessoas relacionadas com o cadastro atual, relações que essa pessoa tem com outras já cadastradas, como algum crime já realizado junto, parentesco ou vizinhos .O software possui ferramenta e algoritmo de comparação entre fotos de faces através de upload de duas faces distintas para se obter o resultado de porcentagem de acurácia, e resultando na porcentagem de semelhança entre as imagens. O software possui aba de visualização inicial de dashboard onde demonstra os últimos alertas de blacklist e desaparecidos, plotando a foto da face e no mínimo dados principais como nome, descrição do cadastro, data/horário e câmera lida. O software possui aba de busca e pesquisa de leituras e histórico das leituras do reconhecimento facial, com filtros por nome, por câmeras ou todas, data e horário inicial e final, e tipo como faces conhecidas ou desaparecidas.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

O software possui no modulo de reconhecimento facial aba de visualização das faces que o usuário tem acesso e opção de inclusão manual de face na lista de interesse de alertas para o recebimento de alertas quando identificada em alguma câmera, com opção de escolher todas ou determinadas câmeras. O software deve possuir cadastro de listas de faces para alertas com a inserção manual de restrições, utilizando o determinado cadastro pelas faces e o sistema confronta automaticamente as faces lidas e recebidas pelos equipamentos com detecção facial com os arquivos de fotos cadastrados manualmente pelos usuários do sistema através das listas de interesse, com os seguintes campos principais, motivo, validade, tipo de compartilhamento, sendo, sigilosa, restrito ao usuário, compartilhada com o órgão do usuário ou subgrupo do órgão e possibilidade de cadastrar placas de veículos relacionados a pessoa do cadastro O software deve possuir a opção de escolher, selecionar e filtrar quais câmeras de interesse que determinado cadastro de alerta facial irá passar para serem emitidos os alertas, sendo uma, mais de uma ou todas as câmeras. O software possui busca e pesquisa através de upload de uma foto de usuário cadastrado no banco de dados pelo acesso web mobile ou desktop e realiza busca do referido rosto no banco de dados com acurácia de no mínimo 50% para reconhecimento e match. O software possui nas câmeras de reconhecimento facial relatório de fluxo de detecções faciais, com opção de selecionar a câmera, escala e data e horário inicial e final, O software possui no modulo de reconhecimento facial aba de faces ao vivo, onde demonstra o vídeo ao vivo das câmeras selecionadas, mapa de localização, identificação com nome e endereço e miniaturas das fotos capturadas em tempo real, informando e destacando os alertas em uma coluna a parte. O software possui mapa de busca e pesquisa através de fotos pelo cadastro georreferenciado de cada pessoa. Para fins de cunho social destinados a auxiliar a população em geral no fortalecimento das ações de busca de pessoas desaparecidas o software deve possuir banco de dados próprio de pessoas desaparecidas integrado ao sistema de reconhecimento facial, compartilhado geral com todos os usuários, automatizado e atualizado com cadastros através de integração a sites públicos de pessoas desaparecidas, possui a possibilidade de integração para qualquer site regional que o contratante tiver interesse, gerando alertas assim quando alguém que conste como desaparecido for identificado. ANALÍTICO DE RECONHECIMENTO DE OBJETOSO software deve possuir algoritmo de inteligência artificial próprio de processamento do vídeo em nuvem com função de reconhecimento geral e identificação que geram buscas personalizadas e configuráveis com filtros para humanos, animais, veículos e demais objetos, no mínimo por pessoas e avião, barco, bicicleta, caminhão, carro, moto,



ônibus, cão, cavalo, vaca, gato, ovelha, pássaro, semáforo, celular, computador portátil, mala de viagem, mochila e bolsa, bem como filtro de cores predominantes, reconhecimento e distinção de humanos, animais e veículos. O software deve possuir detecção de objetos com inteligência artificial nativa da plataforma, possibilitando câmeras que não possuem a função serem utilizadas. O software deve possuir busca onde possibilita aplicar opções de vários filtros e demais objetos desejados com o objetivo de identificar na imagem e fazer uma busca forense com a localização mais rapidamente. O software deve possuir opção de configuração de vídeo alarme para as câmeras habilitadas com o recurso de reconhecimento geral, onde o operador adiciona o alarme identificando com um nome, exclui e edita alarmes de detecção inteligente nos vídeos para geração de alertas em tela. O software deve possuir opção de selecionar cerca eletrônica virtual com no mínimo quatro pontos de região da imagem da câmera, selecionar gatilhos inteligentes entre detecção de pessoas, animais, veículos e demais objetos desejados com opções de agendas múltiplas configuráveis de dias e horários de ativação ou desativação. O software deve possuir parametrização e opção de alarme de contagem de objetos, onde o usuário pode selecionar o objeto ou mais de um e o número mínimo e máximo que pode conter na imagem da câmera, bem como o tempo de intervalo tolerável. O software possui envio dos alertas do vídeo alarme de reconhecimento geral que foi configurado e ativado para tela ou no push do aplicativo do celular. O software possui aba de configuração de alarme para as câmeras habilitadas com o recurso de reconhecimento geral, onde o operador tem a opção de ativação de vídeo alarme por movimento com ajuste de sensibilidade. O software possui aba de configuração de alarme para as câmeras habilitadas com o recurso de reconhecimento geral, com ferramenta de gestão de ocorrências para acompanhamento, monitoramento e conclusão dos alertas em tempo real pelo operador.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS CONSTRUÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO:

Os enlaces de fibra óptica devem ser instalados e lançados no padrão segundo as normas aplicadas. Após instalação, a empresa vencedora deverá comprovar por meio de emissão de relatório técnico os dados de comunicação de cada ponto, como: Qualidade do link. Capacidade do link. Dados Transmitidos. Dados Recebidos. Velocidade do Link.



INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO DE SALA DE EQUIPAMENTOS: Cabeamento estruturado Categoria 5e Para o servidor e as estações de operação. Cabeamento HDMI/DVI para monitores e TV's. Canaletas, eletrodutos e eletrocalhas Iluminação adequada, Configuração e ativação do sistema compreendendo os seguintes requisitos: Programação dos IPs na central e nas câmeras, configuração software de monitoramento no computador, configuração dos softwares de controle na estação de monitoramento, configuração e calibração do sistema, configuração de rondas e rotinas nas câmeras, conforme solicitado pelo administrador.

INSTALAÇÃO PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO: Instalação de câmeras em braço de sustentação e ou parábolas, com respectiva vedação. Instalação de caixa porta equipamentos, fonte nobreak e suportes. Instalação do conjunto RIC-BT, e projeto com a concessionária para a alimentação de cada ponto de câmera. Configuração de endereço IP e ativação. Relatório fotográfico de cada ponto instalado.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR PONTO DE CÂMERA PÚBLICA: A manutenção corretiva do sistema deverá ser realizada sob demanda da contratante, em regime de atendimento 8x5 (Oito Horas x Cinco Dias) em horário comercial. A empresa contratada deverá possuir uma equipe técnica de manutenção e suporte, capaz de prestar assistência técnica à equipe da contratante, encarregada da manutenção dos equipamentos, materiais e acessórios, software de gerenciamento e gravação objeto. A empresa contratada deverá informar as formas e horários de assistências, tendo que atender no mínimo as seguintes condições: Através de contato telefônico em dias úteis, em horário comercial. Através de visita "On site" com pessoal técnico, em até 24 horas após formalizado a necessidade da visita. A manutenção preventiva do sistema deverá ser realizada de forma periódica, com a realização de, no mínimo, uma visita quinzenal, em quantidade de horas suficientes para cumprir o escopo básico de manutenção. No relatório de visita, a empresa contratada deverá indicar o número da Ordem de Serviço correspondente a cada intervenção programada para cada equipamento. A empresa contratada deverá realizar os serviços específicos de Manutenção Preventiva para cada tipo de equipamento, conforme descrito a seguir e de acordo com as recomendações do fabricante: Conjunto de Câmera Móvel, câmeras fixas, fonte nobreak, caixas de proteção e acessórios: • Limpeza geral das caixas de proteção. • Limpeza do visor das câmeras. •



*PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60*

Verificação dos conectores. • Verificação das tensões de alimentação. • Verificação das instalações física (suporte e fiação computador estação de trabalho e Acessórios: • Limpeza geral. • Checagem de conexões, fontes e No-breaks, régua de tomadas. • Verificação de periféricos. • Testes de resposta a comando. • Medição da tensão de alimentação. Monitores: • Limpeza externa. • Verificação dos ajustes de tela. • Checagem das conexões. Fibra Óptica: • Teste de Enlace óptico. • Testes de Comunicação.

TREINAMENTO PARA OPERADORES: Após instalação e configuração, deverá ser ministrado no local definido pela CONTRATANTE, treinamento completo aos operadores para a solução instalada. O treinamento deverá ser realizado com carga horária em um módulo de 8 horas, dividido em 01 dia a ser definidos pela contratante. Deverá ser fornecido material didático. Deverá ser feito acompanhamento dos operadores na prática por pelo menos 01 dia após o treinamento, no caso de dúvidas de operação em forma de operação assistida. A empresa vencedora deverá ficar à disposição durante 12 meses para sanar dúvidas dos operadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.194.076/0001-60



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTIMATIVA DE DESPESA
Processo nº 53/2025 - Dispensa nº 20/2025

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Serviço de Videomonitoramento - 03 Pontos de Videomonitoramento com a seguinte descrição: Via câmeras IP com Leitura de Placa LPR com velocidade de até 120 km/h interligados ao sistema Hélios da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Composto por 1 Câmera com LPR embarcado, 1 ip câmera 4 MP varifocal e 2 câmeras IP 4 MP.	Mês	12	R\$4.500,00	R\$54.000,00
02	Serviço de Videomonitoramento - Central de Videomonitoramento a ser instalado em prédio indicado pela Prefeitura composta pelos seguintes equipamentos: Gravador NVR 32 Canais com HDs de no mínimo 8 TB, TV com resolução mínima 4k e no mínimo 50 polegadas, software VMS para leitura de placa e computador completo (monitor, CPU, mouse, teclado, caixa de som) para utilização e operacionalização dos programas.	Mês	12	R\$675,00	R\$8.100,00

O valor total para contratação do objeto é de R\$ 62.100,00 (sessenta e dois mil e cem reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO N.º 53/2025

DISPENSA N.º 20/2025

Razão Social: _____, CNPJ: _____.____/_____-

Logradouro: _____, nº _____, Bairro: _____

Cidade: _____, UF: _____, CEP: _____-_____, Telefone: (____) _____-

E-mail: _____

A empresa acima se propõe **a prestar os serviços objeto desta dispensa, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Serviço de Videomonitoramento - 03 Pontos de Videomonitoramento com a seguinte descrição: Via câmeras IP com Leitura de Placa LPR com velocidade de até 120 km/h interligados ao sistema Hélios da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Composto por 1 Câmera com LPR embarcado, 1 ip câmera 4 MP varifocal e 2 câmeras IP4 MP.	Mês	12		
02	Serviço de Videomonitoramento - Central de Videomonitoramento a ser instalado em prédio indicado pela Prefeitura composta pelos seguintes equipamentos: Gravador NVR 32 Canais com HDs de no mínimo 8 TB, TV com resolução mínima 4k e no mínimo 50 polegadas, software VMS para leitura de placa e computador completo (monitor, CPU, mouse, teclado, caixa de som) para utilização e operacionalização dos programas.	Mês	12		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

1.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 dias, contados da data de seu cadastro ou envio.

2 - DECLARAÇÃO:

2.1 - Nos termos do art. 63, §1º da Lei 14.133/2021 e do Aviso de Dispensa, declaramos para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

LOCAL/DATA

Nome do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

O(A) **Município de Bocaina de Minas**, inscrito no CNPJ nº 18.194.076/0001-60, com sede na Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaina de Minas, MG, representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Exmo(a) Sr(a) Luzimar de Moura Benfica a seguir denominado **CONTRATANTE** e o(a) empresa/autônomo(a) _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____ a seguir denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento no **Processo nº 53/2025 - Dispensa nº 20/2025**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de videomonitoramento para fins de segurança pública municipal, mediante fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos e sistemas de Câmeras de Segurança - Videomonitoramento, incluindo serviços de instalação, capacitação técnica dos operadores e suporte contínuo, atendendo às necessidades da Administração Pública Municipal**, nos termos e condições especificadas no Termo de referência parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 - Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Qntd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
------	---------------	-------	-------	------------	------------

1.3 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de referência, o estudo técnico preliminar, quando elaborado, o aviso da dispensa, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de Licitação.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



2.1 - O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que o objeto tem natureza continuada;
- b. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do contrato;
- c. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - As regras de subcontratação, quando for o caso, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 - O valor total da contratação será de R\$ _____ (_____), conforme quadro acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 - CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 - O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 - A Administração terá o prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 - CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 - São obrigações do Contratado:

9.1.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.3 - Alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no aviso de dispensa, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro utilizado pelo(a) Município de Bocaina de Minas, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.10 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo(a) Município de Bocaina de Minas ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.1.11 - Paralisar, por determinação do(a) Município de Bocaina de Minas, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14 - Submeter previamente, por escrito, ao(a) Município de Bocaina de Minas, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.18 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.19 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do(a) Município de Bocaina de Minas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



9.1.22 - Se for o caso, realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do(a) Município de Bocaina de Minas ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.1.23 - Ceder ao(a) Município de Bocaina de Minas todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado, que possam impactar no cumprimento das obrigações relacionadas a LGPD.

10.5 - Quando for o caso, terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, quando cabível.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo(a) Município de Bocaina de Minas, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



10.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 - As regras referentes a exigência de garantia contratual da execução encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - O(a) contratado(a) que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, observado os procedimentos estabelecidos nos art. 157 e 158 da referida lei.

12.1.1 - As infrações e sanções administrativas encontram-se também definidas em tópico específico do aviso de dispensa.

12.12 O(A) Contratado(a) declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no aviso da dispensa.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o(a) Município de Bocaina de Minas, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo(a) Município de Bocaina de Minas nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 - Indenizações e multas.

13.7 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Município de Bocaina de Minas, para o exercício atual, na classificação abaixo:

3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0003.2.0011 - DESENV. DAS ATIVIDADES DEPTO. DE ADM. E FINANÇAS.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo(a) Município de Bocaina de Minas, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao(a) Município de Bocaina de Minas divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, salvo a exceção prevista no inciso III, c/c parágrafo único do art. 176, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em observância ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município da licitante, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bocaina de Minas, __/__/____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.194.076/0001-60



Luzimar de Moura Benfica

Prefeito Municipal

Nome do Representante Legal

Razão Social da Empresa

TESTEMUNHAS

1) Ass.: _____

Nome: _____

CPF: _____

2) Ass.: _____

Nome: _____

CPF: _____